

CORREIO PAULISTANO

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Prefeito Ricardo Nunes (na mesa, atrás) acompanhou

Câmara de SP homenageia Tutinha, da Jovem Pan

Em Sessão Solene, a Câmara Municipal de SP entregou a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo ao empresário, ex-presidente e acionista do Grupo Jovem Pan, Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, conhecido como Tutinha. Entregues conjuntamente, a Medalha e o Diploma reconhecem as ações e os trabalhos prestados aos cidadãos paulistanos. A concessão da honraria foi proposta pela vereadora Zoe Martínez (PL). A parlamentar destacou a importância de reconhecer personalidades que contribuem com a democracia e com a pluralidade de vozes na comunicação. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) também participou da cerimônia e ressaltou a importância desse tipo de valorização.

Luta por liberdade na comunicação

Nunes disse: “Essa iniciativa de homenagear uma pessoa que sempre contribuiu muito com a comunicação, não só de São Paulo, mas do Brasil, é muito importante. O Tutinha começou muito jovem na Jovem Pan, aos 20 anos, como diretor, e depois chegou à presidência, carregando também o legado do seu pai, o seu Tuta... Poucas pessoas da comunicação têm lutado tanto para garantir essa liberdade nos meios de comunicação”.

Richard Lourenço/ REDE CÂMARA SP



“É uma das maiores honras da minha vida”, disse delegada

Homenagem: delegada Raquel Gallinati

A Câmara Municipal de São Paulo entregou o Título de Cidadã Paulistana à delegada Raquel Kobashi Gallinati Lombardi. A honraria foi proposta pelo vereador Isac Félix (PL), 2º vice-presidente da Casa, por meio do Decreto Legislativo 18/2025. A cerimônia reuniu familiares, amigos, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes de consulados, entidades de classe e movimentos sociais. Emocionada, Gallinati agradeceu o título e dedicou a honraria às mulheres e aos policiais civis. Ela nasceu em Niterói, no Rio de Janeiro.

Justiça libera aterro e Ecoparque

Ganho na justiça em favor da Prefeitura de São Paulo. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve a validade da lei que permite ampliar a Central de Tratamento Leste, no bairro de São Mateus, e implantar o Ecoparque Leste. O projeto prevê novas estruturas que serão usadas para tratamento de resíduos, além de reciclagem e geração de energia a partir do lixo coletado.

Corregedoria

A Corregedoria da Câmara de SP realiza, na próxima segunda-feira (22), uma reunião semipresencial para discutir temas relacionados às atividades e procedimentos internos do colegiado. O encontro está previsto para ocorrer das 11h30 às 13h, na Sala Oscar Horta, conduzido pelo vereador Sargento Nantes (PP).

Solenidade

A Câmara de São Paulo promove, na segunda-feira (22), uma solenidade em homenagem à ABRASCI (Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura). O evento será realizado das 13h às 17h, no Salão Nobre, no 8º andar da Casa. A iniciativa é da vereadora Edir Sales (PSD) e reunirá vários convidados.

Impacto

A Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara de SP realiza, na segunda-feira (22), uma audiência pública para discutir os impactos sociais, ambientais e sanitários da proposta de instalação do Eco Parque Bandeirantes, em Perus. O encontro foi pedido por Luana Alves (PSOL).

Imigração

A Câmara de São Paulo divulga que na segunda-feira (22), uma solenidade em comemoração aos 118 anos da imigração japonesa no Brasil será realizada nas dependências da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). A iniciativa é do vereador George Hato (MDB) e destaca a contribuição da comunidade japonesa para a história do país.

Política Urbana

A Comissão Permanente de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara de SP realiza, na terça-feira (23), uma reunião extraordinária semipresencial, no Salão Nobre da Casa, no 8º andar. A atividade será conduzida pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil), presidente da comissão.

Orçamento

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo promove, na terça-feira (23), uma reunião extraordinária semipresencial. O encontro será realizado das 10h30 às 11h, no Plenário 1º de Maio, no 1º andar da Casa. A atividade será conduzida pelo vereador João Ananias (PT).

Ilustração de uma verde/Imagem gerada por IA



Lei prevê implantação baseada em estudos técnicos

Nunes sanciona criar vagas verdes nas ruas

Lei permite canteiros em áreas hoje usadas para estacionar

Da Redação

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) sancionou a lei que autoriza a implantação do programa Vagas Verdes na cidade de SP. A medida permite que parte dos espaços atualmente destinados ao estacionamento de veículos nas ruas seja convertida em áreas permeáveis com vegetação, ampliando a presença de áreas verdes em diferentes regiões.

A proposta havia sido aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo e estabelece diretrizes para a criação de vagas verdes, que poderão ocupar áreas localizadas junto às guias das calçadas, substituindo vagas de estacionamento por canteiros com árvores, arbustos e outras espécies vegetais. O objetivo é aumentar a permeabilidade do solo e contribuir para adaptar a cidade aos efeitos das mudanças climáticas.

De acordo com a legislação, as estruturas deverão integrar a chamada infraestrutura verde e azul do município. Entre as finalidades previstas estão a redução da impermeabilização do solo, a ampliação da infiltração da água da chuva, o auxílio na drenagem urbana e a mitigação dos efeitos das ilhas de calor. O programa também busca fortalecer a biodiversidade em áreas urbanizadas e ampliar a vegetação em regiões com menor presença de árvores.

A lei prevê que a implantação das vagas verdes seja baseada em estudos técnicos que considerem características locais, como drenagem, declividade, condições do subsolo e

uso do entorno. A priorização deverá levar em conta áreas mais vulneráveis a eventos climáticos extremos, incluindo regiões sujeitas a enchentes e locais que registram temperaturas mais elevadas durante períodos de calor intenso em SP.

Outro ponto previsto é a possibilidade de utilização dessas áreas como ferramenta de moderação do tráfego. Em determinados trechos, especialmente próximos a esquinas, os canteiros poderão contribuir para melhorar a visibilidade e as condições de travessia de pedestres. A proposta prevê integrar ações de arborização e planejamento ambiental criados pelo município.

Moradores poderão solicitar a implantação de vagas verdes em suas quadras, sujeita à análise de viabilidade pelos órgãos responsáveis. A legislação também abre espaço para parcerias na manutenção das áreas implantadas. Mesmo nos casos de adoção por entidades ou cidadãos, os espaços continuarão sendo públicos, sem possibilidade de uso exclusivo ou exploração publicitária.

A norma ainda permite que o programa seja utilizado como instrumento de compensação ambiental em determinadas situações. Além disso, futuras obras viárias e projetos de abertura de novas vias poderão incorporar vagas verdes em seus planejamentos na cidade.

A regulamentação da lei ainda deverá definir os critérios operacionais, os órgãos responsáveis pela execução e o cronograma de implantação das primeiras estruturas.